



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026 EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

O Município de Iturama pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.457.242/000174, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. José Herculano Pereira dos Santos, no uso das atribuições que lhe são conferidas, torna público, que estarão abertas as inscrições para o CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUIDADOR A PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 8.318/2023.

RECEBIMENTO DA INSCRIÇÃO

Período de recebimento da documentação e da inscrição: a partir do dia 19 de fevereiro de 2026, das 08h às 11h, permanecendo em aberto até 31 de dezembro de 2026.

Endereço eletrônico: licitacao@iturama.mg.gov.br.

Endereço Postal: Av Alexandrita, nº 1314, Jd Eldorado, Iturama/MG - CEP: 38280-000

Pedidos de esclarecimento: Quaisquer dúvidas ou pedidos de esclarecimentos a respeito do presente edital deverão ser encaminhados por meio do endereço eletrônico (e-mail) licitacao@iturama.mg.gov.br, devendo ser respondidas em até 05 (cinco) dias úteis.

1. OBJETO

1.1 Credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de cuidador a pacientes com necessidades especiais de saúde.

1.2 As condições específicas para a prestação dos serviços estão previstas no Termo de Referência.

2. VALORES FIXADOS PARA A REMUNERAÇÃO

2.1. A relação dos itens e os respectivos valores fixados para remuneração dos interessados está disponível no Anexo I do presente Edital.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/INGRESSO

3.1 O credenciamento é livre a todas as pessoas jurídicas que atuem no ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento e que atendam às condições do edital e seus anexos.

3.2 Não poderão participar do credenciamento os interessados:

- Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

- d) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- e) Empresas cujo quadro societário seja composto por servidor ou dirigente de órgão do Município de Iturama.
- f) Que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas –CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência;
- g) Que se enquadrem em qualquer outra vedação prevista no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- h) Empresas reunidas em consórcio.

4. INFORMAÇÕES INICIAIS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

4.1 Esclarecimentos sobre a inscrição no credenciamento serão prestados pelo e-mail licitacao@iturama.mg.gov.br ou pelo telefone: (34) 3411-9526.

4.2 Os esclarecimentos serão disponibilizados no site oficial do Município de Iturama/MG (www.iturama.mg.gov.br) e comunicados por e-mail ao solicitante.

Qualquer cidadão ou interessado poderá impugnar os termos deste edital, a qualquer tempo, o que não terá efeito de recurso.

4.3 As impugnações deverão ser dirigidas à Comissão de Contratação e enviadas eletronicamente pelo interessado para o endereço eletrônico licitacao@iturama.mg.gov.br ou protocolizadas no Protocolo Central do Município de Iturama;

4.4 O não conhecimento e o acolhimento ou não das impugnações serão respondidos em até 03 (três) dias úteis e disponibilizados no site oficial do Município de Iturama/MG (www.iturama.mg.gov.br) e comunicados por e-mail ao solicitante.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NECESSÁRIOS AO CREDENCIAMENTO

Para credenciamento no presente processo as interessadas deverão apresentar Requerimento de Credenciamento, conforme modelo no Anexo IV, acompanhado dos seguintes documentos:

5.1 PESSOA FÍSICA:

- a) Cópia da cédula de identidade do representante legal;
- b) Comprovante de Inscrição e de Situação cadastral no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- c) Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual – DRSC-I;
- d) Comprovante de residência;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

5.1.1 Para credenciar-se o profissional deverá apresentar documentos que comprovem a sua experiência na área de atuação. Poderá apresentar apenas 01 (um) desses documentos:

- a) Declaração emitida pelo Empregador, detalhando o período de trabalho, cargo/função e atividades realizadas;



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

- b) Cópia da Carteira de Trabalho ou de Contratos que registra os períodos de trabalho, cargos e empresas onde o cuidador atuou;
- c) Certificados de cursos de formação em cuidados de idosos;
- d) Cartas de referência de empregadores anteriores ou familiares que comprovem a experiência e as habilidades do cuidador, ou
- e) Declaração de atividade emitida por uma entidade pública ou privada que ateste a experiência do cuidador em cuidados de idosos.

5.2 PESSOA JURÍDICA:

5.2.1 DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Certidão Negativa de Débitos Estadual - do domicílio ou sede da Proponente;
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipal - do domicílio ou sede da Proponente;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943".

5.2.2 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial no caso de firma individual;
- b) Registro civil (no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da eleição da atual Diretoria),
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor e suas últimas alterações (devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual e sociedades empresariais e, em se tratando de sociedades por ações, acompanhadas de documentos que comprovem a eleição de seus administradores);
- d) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente, observando-se o prazo de validade constante na própria certidão.



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

b) A empresa licitante, submetida a processo de recuperação judicial, deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira para assumir o contrato e, neste aspecto, apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique encontrar-se apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório.

5.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para credenciar-se o profissional deverá apresentar documentos que comprovem a sua experiência na área de atuação. Poderá apresentar apenas 01 (um) desses documentos:

- a) Declaração emitida pelo Empregador, detalhando o período de trabalho, cargo/função e atividades realizadas;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho ou de Contratos que registra os períodos de trabalho, cargos e empresas onde o cuidador atuou;
- c) Certificados de cursos de formação em cuidados de idosos;
- d) Cartas de referência de empregadores anteriores ou familiares que comprovem a experiência e as habilidades do cuidador, ou
- e) Declaração de atividade emitida por uma entidade pública ou privada que ateste a experiência do cuidador em cuidados de idosos.

5.3 A Credenciada, em se tratando de empresa deverá indicar profissional que atenda os requisitos específicos de contratação, previsto nesta alínea b, do item IV deste Estudo Técnico Preliminar..

Obs. 01: Nos casos em que não conste nas certidões o prazo de validade, serão admitidas aquelas com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para entrega das propostas da presente licitação.

Obs. 02: Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial.

5.4 As declarações complementares exigidas conforme a Lei Federal nº 14.133/21, estão disponíveis no ANEXO V (Modelo de Declaração Conjunta, do presente edital).

5.5 Além dos documentos citados, como condição ao exame da documentação de habilitação, a comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no credenciamento ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

6.1 Os documentos para credenciamento deverão ser entregues no Protocolo Central do Município de Iturama, em envelope lacrado com a seguinte identificação:

MUNICÍPIO DE ITURAMA
Av Alexandrita, 1314 – Jd Eldorado – Iturama/MG.
(RAZÃO SOCIAL)
CRENCIAMENTO Nº 001/2026
A/C Setor de Licitações

6.2 Não serão aceitos documentos com rasuras e/ou ilegíveis.

6.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação, que não contenham código de verificação da autenticidade pela internet, poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório e/ou por servidor público do Município de Iturama.

6.4 As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data do protocolo de credenciamento.

7. DA ANÁLISE DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

7.1 Após o protocolo, a comissão terá o prazo de 03 (três) dias para aprovar o requerimento de credenciamento ou sua atualização;

7.2 O pedido de credenciamento apresentado de forma incompleta ou em desacordo com o estabelecido neste edital será considerado inepto.

7.3 Verificadas omissões ou falhas na documentação, a comissão poderá promover diligência solicitando que o interessado apresente a complementação ou correção, caso queira, do pedido de credenciamento no prazo de até 10 (dez) dias, a partir da comunicação, sob pena de não obtenção do credenciamento.

7.4 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

7.5 Analisada a documentação para verificar o cumprimento das exigências do Edital, para efeito de habilitação o Município divulgará os resultados, por meio de publicação das atas no sítio oficial. www.iturama.mg.gov.br.

8. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO E DOS RECURSOS



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

8.1 Os interessados poderão recorrer do resultado publicado, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação.

8.2 O recurso limitar-se-á a questões de habilitação e serão considerados os documentos anexados em fase de recurso;

8.3 O recurso deverá ser protocolado junto ao Protocolo Central, sendo dirigido a Comissão de Contratação, ficando estabelecido o prazo de até 10 (dez) dias para reconsiderá-lo ou fazê-lo encaminhar devidamente informado à autoridade superior, que terá até 05 (cinco) dias úteis para análise e decisão;

8.4 Decidido em todas as instâncias administrativas sobre os recursos interpostos, o resultado do processo de credenciamento será divulgado por meio de endereço eletrônico www.iturama.mg.gov.br.

8.5 Caso não haja recurso, a divulgação no site do município será considerada definitiva.

9. REGRAS DE CONTRATAÇÃO E CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDAS

9.1 Após divulgada a ata com o credenciamento, a requerente estará apta a ser contratada para execução do objeto, conforme necessidade da Administração Municipal;

9.2 O Município não está obrigado a solicitar os serviços do credenciado, especialmente em caso de ausência de demanda que o justifique.

9.3 As contratações oriundas do credenciamento serão formalizadas por meio de instrumento de contrato, que poderá ser substituído por ordem de fornecimento, nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento hábil, no caso de contratações de valor até os limites de dispensa, previstos nos incisos I ou II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso.

9.4 Formalizado o contrato, o prestador deverá executar o objeto, quando convocado;

9.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas por inexecução total do contrato e ao descredenciamento;

9.6 O critério de distribuição de demanda está o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, será realizado no formato paralelo e não excludente. Será adotado um sistema de rodízio entre os credenciados, sendo que o primeiro fornecedor a se credenciar será o primeiro convocado para prestar o serviço e assim sucessivamente, conforme haja demanda da Administração.

9.7 Dessa forma, o município realizará a distribuição igualitária dos serviços, entre as empresas credenciadas.

9.8 A área demandante será responsável por realizar o controle dos quantitativos executados por cada credenciado.

9.9 O município observará os limites estabelecidos no inciso VII, art. 73, da Lei Federal 9.504/97.



10. DESCREDECIMENTO

10.1 A credenciada poderá solicitar a qualquer momento o seu descredenciamento, desde que não estejam pendentes ordens de serviço emitidas.

10.2 A credenciada que desejar se descredenciar deverá fazê-lo mediante encaminhamento de requerimento assinado pelo responsável legal ou procurador pelo e-mail licitacao@iturama.mg.gov.br ou entregue no Protocolo Central da Prefeitura de Iturama.

10.3 Caso a credenciada não execute os serviços no prazo previsto, se recuse, injustificadamente, a assinar o contrato ou receber a solicitação de fornecimento no prazo estabelecido ou descumpra injustificadamente quaisquer das obrigações contidas neste edital poderá ser submetida ao descredenciamento.

10.4 Fica facultada a defesa prévia da credenciada, a ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação acerca da possibilidade de aplicação do descredenciamento.

10.5 Uma vez que a empresa seja descredenciada pela inexecução parcial ou total, a empresa não poderá requerer novo credenciamento neste processo.

11. DAS PENALIDADES

11.1 Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente e da faculdade de rescisão contratual, o Município poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à Contratada, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previstos no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) Advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

I) 1% (um por cento) do valor da solicitação de fornecimento por dia que exceder ao prazo para entrega ou execução do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

II) 10% (dez por cento) do valor total da solicitação de fornecimento, no caso de:

- Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

III) 15% (vinte por cento) valor total da solicitação de fornecimento, no caso de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV) 20% (vinte por cento) valor total da solicitação de fornecimento, no caso de dar causa à inexecução total do contrato;

V) 30% (trinta por cento), do valor total da contratação, no caso de:



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Iturama, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

12.1 O presente credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do edital, podendo ser prorrogado sucessivamente em até 5 (cinco) anos, caso haja interesse da Administração, conforme os limites da Lei Federal 14.133/2021.

12.2 A interessada que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será credenciada e assim permanecerá enquanto houver interesse, respeitado o término do prazo de vigência.

12.3 O credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13. DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES E DA REVISÃO

13.1 Os preços fixados no edital de credenciamento poderão ser:

- a) Atualizados 1 (um) ano após a publicação do edital de credenciamento e a cada período de 1 (um) após a última atualização;
- b) Revisados, a qualquer tempo, em razão de variações imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei n. 14.133/2021 para reduzi-los, a pedido do Município de Iturama/MG, ou aumenta-los, por solicitação de interessados ou credenciados;



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

13.2 Constatada a redução dos preços praticados pelo mercado, o Município poderá reduzir os preços previstos em edital e caberá às CREDENCIADAS, após comunicadas, a decisão de se manterem ou não credenciadas.

13.3 Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos Credenciamentos vigentes e àqueles credenciamentos realizados após concretizada a alteração dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação às CREDENCIADAS, em caso de redução.

13.4 Decorridos 12 (doze) meses do orçamento estimado, o valor contratado será reajustado, caso necessário, mediante a aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro que venha a substituí-lo.

13.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.6 O pedido de reajuste deverá ser pleiteado até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente.

13.7 A concessão do reajuste será formalizada por despacho da autoridade competente e registrada no contrato por apostilamento.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da execução do objeto serão custeadas pelas seguintes dotações:

Secretaria	Ficha (s)	Fonte de Recurso
Saúde	310	01.0500.000.0002- FMS 15% 01.0600.0000.0001 Atenção Básica
	311	01.0500.0000.0002 – FMS 15% 01.0600.0000.0001 Atenção Básica 01.0621.0000.0000 Transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde
	372	01.0500.0000.0002 – FMS 15%

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Nenhuma indenização será devida às interessadas pela apresentação de documentos relativos a este credenciamento.

15.2 Aplicam-se ao presente credenciamento a Lei n. 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

15.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Iturama para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes deste edital e de seus anexos.

15.4 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I – Descritivo de valores e serviços

Anexo II - Termo de Referência

Anexo III - Requerimento de credenciamento;

Anexo IV - Minuta de Contrato

Anexo V - Modelo de Declaração Conjunta;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Responsável Técnico;

Anexo VII - Modelo de Informações para o Contrato.

Iturama, 13 de fevereiro de 2026.

EDER AGUIAR TEIXEIRA
Secretário Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 ANEXO I

ANEXO I - DESCRITIVO DE VALORES E SERVIÇOS

Item	Valor do plantão	Descrição	Quantidade de plantões
01	R\$160,00	Atendimento domiciliar como Cuidador(a) de pessoas em necessidade especial de saúde	2.000



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 O presente termo tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) OU JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUIDADOR PARA ATENDIMENTO PRESENCIAL DOMICILIAR AOS PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE, AFIM DE ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DE DECISÕES JUDICIAIS, BEM COMO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO**, pelo período de 12 (doze) meses cada internação, podendo variar conforme quadro clínico.

2- DESCRIÇÃO DETALHADA

ITEM	QTDE	UNID. MED.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (MENSAL)	VALORTOTAL
01	2.000	SV	Atendimento domiciliar como Cuidador(a) de pessoas em necessidade especial de saúde (plantão de 12 horas)	R\$ 160,00	R\$ 320.000,00

3- REQUISITOS GERAIS DE CONTRATAÇÃO:

A Credenciada deverá:

- 1-Ser capaz de adaptar suas ações às condições específicas do ambiente domiciliar do paciente, garantindo que as intervenções sejam eficazes e seguras;
- 2-O profissional deverá ser maior de 18 anos, possuidor de responsabilidade, equilíbrio emocional, discrição, boas maneiras no trato, afinidade e habilidade para o desenvolvimento da ocupação;
- 3-Atuar no(s) domicílios e nos horários indicados pela Secretaria municipal de Saúde, em plantões de 12 (doze) horas, fazendo uso dos Equipamentos de Proteção Individual.
- 4- Comunicar ao representante legal do paciente todos os procedimentos a serem realizados no paciente, bem como comunicar quando da não realização de algum procedimento;
- 5-Recolher os resíduos produzidos durante o plantão e descartá-los de acordo com as normas de Vigilância Sanitária;
- 6-Entregar os serviços, objeto do contrato na forma pactuada;
- 7-Dar ciência ao Contratante, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade existente na prestação dos serviços, mesmo que não sejam de sua competência;
- 8-A ausência ou omissão da fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas neste Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

9-Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Contratante;

10-Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

11- Comparecer à sede do contratante, sempre que solicitado, no prazo de 24 (vinte quatro) horas da convocação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços contratados;

12-Comunicar imediatamente ao Município qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado;

13-Executar quaisquer serviços não relacionados neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, considerados essenciais ou imprescindíveis à prestação dos serviços;

14-Se obriga a zelar pela qualidade dos serviços prestados. Se, no decorrer da vigência do contrato, ficar comprovada a má qualidade na prestação dos serviços, fica obrigada a CONTRATADA a refazê-los, sem qualquer custo adicional, sem prejuízo das demais penalidades aplicadas.

15- A interrupção do atendimento por iniciativa da credenciada sem motivo justificado será considerada como abandono, sujeitando-a as penalidades previstas em Lei e contrato.

3- JUSTIFICATIVA:

3.1 Da necessidade

Com o aumento de indivíduos portadores de necessidades especiais de saúde e a necessidade crescente de cuidados prolongados, o atendimento domiciliar deve continuar a se expandir e se tornar uma parte integral dos sistemas de saúde.

A necessidade de um cuidador em domicílio é amplamente justificada pela importância que esses profissionais têm na assistência a pacientes que necessitam de apoio contínuo, seja por idade avançada, limitações físicas ou condições de saúde específicas, e ainda por inexistir cuidador no quadro de profissionais do município, bem como para cumprimentos de decisões judiciais.

3.2 Do credenciamento

A regra é a realização de procedimento licitatório para contratação pela Administração Pública, sendo as contratações por dispensa ou inexigibilidade, exceções ao processo licitatório. Dentre as hipóteses de afastamento da licitação, distinguem-se nos seguintes termos: a dispensa depende de expressa permissão legal, figurando na Lei em rol taxativo, já a inexigibilidade é apresentada em rol exemplificativo e acontece sempre que há inviabilidade de competição.

Inicialmente, com fulcro no art.74 da lei nº 14.133/2021, vê-se a inviabilidade de competição uma vez que a demanda do município pode ser perfeitamente distribuída entre todos os fornecedores existentes. É nesse sentido a jurisprudência:

“É regular a utilização do credenciamento em casos cujas particularidades do objeto a ser contratado indiquem a inviabilidade de competição, ao mesmo tempo em que se admite a possibilidade de



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

contratação de todos os interessados em oferecer o mesmo tipo de serviço à Administração Pública.”
Acórdão 1545/2017- Plenário | Relator: AROLDO CEDRAZ

Nesse raciocínio, os casos típicos de inexigibilidade ocorrem quando existe um único fornecedor ou prestador de serviço que atende aos requisitos de que a Administração precisa.

A modalidade ora adotada (Credenciamento) visa permitir o maior número de prestadores de serviços para reabilitação de toxicômanos, ampliando o leque de participantes, mostrando-se mais atrativa e vantajosa para os interessados, atraindo mais participantes.

Assim, o sistema de credenciamento permite que todos os interessados que atendam às condições de segurança para o transporte de pessoas dentro das normas estabelecidas pelos órgãos de controle competentes possam se cadastrar e prestar os serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde, mostrando- se como medida mais adequada as necessidades da Prefeitura de Iturama.

4- DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

São atribuições do cuidador(a):

- a) Zelar pela higiene pessoal do paciente (banho, escovação de dentes e troca de roupas);
- b) Manter a limpeza do ambiente e do leito para prevenir infecções;
- c) Ajudar na alimentação, seja pela boca ou por sonda, conforme necessário;
- d) Preparar refeições adequadas às necessidades nutricionais do paciente;
- e) Administrar medicações conforme prescrição médica e orientação da equipe de saúde, com exceção de procedimentos complexos como aplicar injeções intramusculares ou intravenosas, cuidar de grandes feridas ou trocar curativos em lesões profundas;
- f) Realizar mudanças frequentes de posição para prevenir úlceras de pressão;
- g) Fazer massagens de conforto para aliviar a dor e melhorar a circulação;
- h) Oferecer apoio emocional e social, garantindo que o paciente se sinta querido e integrado;
- i) Estimular atividades de lazer e ocupacionais para manter a autonomia e a autoestima;
- j) Auxiliar na locomoção e em atividades físicas, como caminhar ou fazer exercícios leves;
- k) Atuar como elo entre a família e a equipe de saúde, comunicando mudanças no estado de saúde do paciente.

5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A prestação de serviços deverá atender a Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Iturama/MG.

O credenciamento deverá permanecer aberto até 31 de dezembro de 2026.

O preenchimento das vagas será realizado por ordem de credenciamento. Os profissionais credenciados serão convocados individualmente de acordo com as necessidades da administração.



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

Os serviços serão prestados nos domicílios e nos horários indicados por esta Secretaria Municipal de Saúde, em plantões de 12 (doze) horas de trabalho, e serão pagos de acordo com valor estabelecido neste credenciamento.

A qualquer momento durante a execução dos serviços, as informações relativas aos serviços ofertados e à capacidade instalada serão verificadas *in loco* através de vistoria a ser realizada por equipe designada pelo Contratante, a realizar-se-á após a verificação da documentação, sendo passível de descredenciamento, quando constatado que as mesmas não atendem a este Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Edital.

O futuro contrato de prestação de serviços terá **prazo de vigência de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 91, §4º da Lei 14.133/21, mediante termo aditivo, com pagamento previsto para **até 30 (trinta) dias** após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal no Almoarifado do Setor de Compras da Secretaria de Saúde da cidade de Iturama/MG, após atesto do setor competente nos termos da Lei.

A administração indicará oportunamente responsável técnico a fim de fiscalizar os serviços prestados pelos cuidadores.

A presente contratação se dará através de Processo de Inexigibilidade/Credenciamento, por atender ao disposto no art.6º, inc XLIII, da Lei 14.133/21.

O credenciamento é um procedimento administrativo pelo qual a administração convoca interessados para, segundo condições previamente definidas e divulgadas. credenciem-se como prestadores de serviços ou beneficiários de um negócio futuro a ser ofertado quando a pluralidade de serviços for indispensável à adequada satisfação do interesse coletivo ou, ainda, quando a quantidade de potenciais interessados for superior à do objeto a ser ofertado e por razões de interesse público a licitação não for recomendada.

A escolha por credenciamento se deu tendo em vista que o mesmo permite que os profissionais interessados possam se cadastrar previamente, demonstrando sua capacidade técnica e experiência. O credenciamento estabelece critérios de qualificação e condições contratuais uniformes para todos os prestadores, simplificando o processo de seleção e garantindo um padrão de qualidade nos serviços oferecidos, e ainda assegura que as necessidades de saúde da população sejam atendidas de maneira adequada e eficiente, promovendo uma gestão mais dinâmica dos serviços, uma vez que permite contratações simultâneas.

6- PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terá como responsável:

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO:

Nome: EDER AGUIAR TEIXEIRA Cargo: Secretário Municipal de Saúde

6.2 Compete ao Gestor de Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias,



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

6.3 Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

6.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.5 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a legislação vigente

7- DAS OBRIGAÇÕES

7.1 Da Contratada

- a. Prestar diretamente os serviços, vedada a terceirização;
- b. Manter regime de plantão de 12 horas ininterruptas;
- c. Prestar os serviços elencados no item 4 deste termo de referência.
- d. Garantir a troca de informações entre o paciente e a Secretaria Municipal de Saúde;
- e. Sujeitar-se à fiscalização dos serviços realizada pela Secretaria Municipal de Saúde;
- f. Fornecer relatórios sobre o desenvolvimento do tratamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, quando solicitado;
- g. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis;
- h. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: emolumentos prescritos e que digam respeito ao serviço, impostos, taxas, contribuições fiscais previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, enfim, por todas que houver, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no edital;
- i. Notificar à Administração Pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso tenha interesse em se descredenciar, sob pena, de incidência de sanções administrativas previstas neste instrumento, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos;
- j. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório desse contrato.



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

7.2 Da Contratante:

- a) Prestar suporte no atendimento médico, disponível na rede municipal, necessário aos internos por ela encaminhados.
- b) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência.
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- e) Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência.
- f) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- g) Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- h) Notificar a CONTRATADA/DETENTORA, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários e determinando prazo para a correção das irregularidades ou defeitos encontrados.

8- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS:

8.1 Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente e da faculdade de rescisão contratual, o Município poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à Contratada, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previstos no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:
 - I) 1% (um por cento) do valor da solicitação de fornecimento por dia que exceder ao prazo para entrega ou execução do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);
 - II) 10% (quinze por cento) do valor total da solicitação de fornecimento, no caso de:
 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
 - III) 15% (vinte por cento) valor total da solicitação de fornecimento, no caso de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

IV) 20% (vinte por cento) valor total da solicitação de fornecimento, no caso de dar causa à inexecução total do contrato;

V) 30% (trinta por cento), do valor total da contratação, no caso de:

- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

c) Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Iturama, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9- CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

9.1 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de 30 dias corridos em favor da MPEs e (30) trinta dias corridos para as médias e grandes empresas, da data do recebimento definitivo, com base nas Notas(s) Fiscais (is), devidamente conferidas e aprovadas pelo Contratante.

9.2 O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo fiscal do contrato.

9.3 As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo Contratante.

9.4 Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da Contratada, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da Contratada.

9.5 Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

9.6 Quanto ao ISSQN, será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

9.7 É vedado ao Contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

9.8 Deverão ser realizadas compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

10- PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

10.1 O contrato deverá ter data de validade de 12 meses, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

10.2 A revisão dos preços observará a Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3 O equilíbrio econômico-financeiro será efetuado com base em índices setoriais oficiais ou composição de custos, correlacionados aos materiais e/ou serviços utilizados, ou, na falta de índice setorial oficial específico, por outro índice oficial que guarde maior correlação com o segmento econômico em que estejam inseridos os materiais e/ou serviços, ou, ainda, na falta de qualquer índice setorial, servirá como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE.

10.4 Os reajustes poderão ser aplicados a qualquer época da vigência do contrato, atendida sempre a menor periodicidade estabelecida em lei.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1 As despesas decorrentes da execução do objeto serão custeadas pelas dotações:

Secretaria	Ficha (s)	Fonte de Recurso
Saúde	310	01.0500.000.0002- FMS 15% 01.0600.0000.0001 Atenção Básica
	311	01.0500.0000.0002 – FMS 15% 01.0600.0000.0001 Atenção Básica 01.0621.0000.0000 Transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde
	372	01.0500.0000.0002 – FMS 15%

Iturama, 13 de fevereiro de 2026.

EDER AGUIAR TEIXEIRA
Secretário Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
ANEXO III - REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone fixo:

Celular:

E-mail:

Banco: C/C: Agência:

Representante legal:

CPF: Telefone:

Solicito o credenciamento da empresa qualificada acima para
XXXXXXXXXXXX e apresento em anexo toda a documentação exigida no edital.

Declaro que aceito executar todos os serviços de acordo com o preço de referência do edital, do qual
tem pleno conhecimento.

Obs: A empresa deverá indicar em quais itens solicitará credenciamento.

Nestes termos, peço deferimento.

Iturama, XX de XXXX de 2026.

Assinatura do responsável legal
Razão Social da Empresa CNPJ



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITURAMA-MG, inscrito no CNPJ sob nº 11.290.560/0001-44, estabelecido na Avenida Cidade do Prata, nº 415, centro, na cidade de Iturama/MG, em conformidade com as Leis Municipais nºs 3.901/2009, e 4.021/2011, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Eder Aguiar Teixeira, neste ato denominado CONTRATANTE, e _____, Pessoa Jurídica – Física Inscrita no CNPJ/MF – CPF sob n.º _____, com sede na Rua _____, _____, município de _____, CEP _____, _____, denominado CONTRATADO/ CREDENCIADA, ajustam o presente Termo de Credenciamento, em conformidade com o art. 74, IV e 79, I da Lei nº Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, têm entre si, em decorrência da Processo n.º .../2026, Credenciamento nº .../2026, ratificada em .../.../ , e legislação aplicável, com a adoção das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Pelo presente instrumento, **CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) OU JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUIDADOR PARA ATENDIMENTO PRESENCIAL DOMICILIAR AOS PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE, AFIM DE ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DE DECISÕES JUDICIAIS, BEM COMO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO**, conforme especificações do edital e seus anexos, mapa de apuração, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – O PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Pela prestação dos serviços, a Contratada receberá os seguintes valores:

ITEM	CÓD. INT.	QTDE	UNI. MED.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

2.2 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de (15) quinze dias corridos em favor da MPEs e (30) trinta dias corridos para as médias e grandes empresas, da data do recebimento definitivo, com base nas Notas(s) Fiscais (is), devidamente conferidas e aprovadas pelo Contratante.



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

2.3 O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo fiscal do contrato.

2.4 As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo Contratante.

2.5 Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da Contratada, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da Contratada.

Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

2.6 Quanto ao ISSQN, será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

2.7 É vedado ao Contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

2.8 Deverão ser realizadas compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA, PRAZO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A contratada deverá prestar os serviços em regime de plantão de 12 horas.

3.2 Enviar, sempre que solicitado, relatórios de acompanhamento interno.

3.3 Permitir a visita de familiares, quando estes solicitarem.

3.4 Os serviços iniciarão imediatamente a partir da comunicação da Secretaria de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

4.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo às sanções aplicáveis, na forma desta legislação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

Da Contratada

5.1 Prestar diretamente os serviços, vedada a terceirização;

5.2 Manter regime de plantão de 12 horas ininterruptas;

5.3 Prestar os serviços elencados no item 4 deste termo de referência.

5.4 Garantir a troca de informações entre o paciente e a Secretaria Municipal de Saúde;

5.5 Sujeitar-se à fiscalização dos serviços realizada pela Secretaria Municipal de Saúde;

5.6 Fornecer relatórios sobre o desenvolvimento do tratamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, quando solicitado;



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

- 5.7 Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis;
- 5.8 Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: emolumentos prescritos e que digam respeito ao serviço, impostos, taxas, contribuições fiscais previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, enfim, por todas que houver, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no edital;
- 5.9 Notificar à Administração Pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso tenha interesse em se descredenciar, sob pena, de incidência de sanções administrativas previstas neste instrumento, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos;
- 5.10 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório desse contrato.

Da Contratante:

- 6.1 Prestar suporte no atendimento médico, disponível na rede municipal, necessário aos internos por ela encaminhados.
- 6.2 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência.
- 6.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 6.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 6.5 Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência.
- 6.6 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 6.7 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- 6.8 Notificar a CONTRATADA/DETENTORA, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários e determinando prazo para a correção das irregularidades ou defeitos encontrados.
- .

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ter data de validade de 12 meses, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado.
- 6.2 A revisão dos preços observará a Lei Federal nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

6.3 O equilíbrio econômico-financeiro será efetuado com base em índices setoriais oficiais ou composição de custos, correlacionados aos materiais e/ou serviços utilizados, ou, na falta de índice setorial oficial específico, por outro índice oficial que guarde maior correlação com o segmento econômico em que estejam inseridos os materiais e/ou serviços, ou, ainda, na falta de qualquer índice setorial, servirá como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE. Os reajustes poderão ser aplicados a qualquer época da vigência do contrato, atendida sempre a menor periodicidade estabelecida em lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas deste Termo correrão as contas das dotações orçamentárias específicas do orçamento de 2026 e pelas suas correspondentes para o exercício subsequente:

Secretaria	Ficha (s)	Fonte de Recurso
Saúde	310	01.0500.000.0002- FMS 15% 01.0600.0000.0001 Atenção Básica
	311	01.0500.0000.0002 – FMS 15% 01.0600.0000.0001 Atenção Básica 01.0621.0000.0000 Transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde
	372	01.0500.0000.0002 – FMS 15%

CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 A Prefeitura se reserva o direito de, em qualquer ocasião, fazer, nos termos da Lei, alterações que impliquem em redução ou aumento de serviço, objeto desta licitação;

Somente serão reconhecidas como alterações de serviço, aquelas autorizadas pela Administração, por escrito.

CLÁUSULA NONA - PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

9.1 Atuação na fiscalização do Contrato:

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Eder Aguiar Teixeira

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

9.2 Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade de renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

9.3 Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

9.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.5 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei N.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

10.1 A recomposição do preço do contrato observará a Lei 14.133/2021.

10.2 Os reajustes e repactuações serão efetuadas com base em índices setoriais oficiais ou composição de custos, correlacionados aos materiais e/ou serviços utilizados, ou, na falta de índice setorial oficial específico, por outro índice oficial que guarde maior correlação com o segmento econômico em que estejam inseridos os materiais e/ou serviços, ou, ainda, na falta de qualquer índice setorial, servirá como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE.

10.3 Os reajustes poderão ser aplicados a qualquer época da vigência do contrato, atendida sempre a menor periodicidade estabelecida em lei que, no momento é de doze meses a contar do mês de assinatura deste contrato.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES:

11.1 O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

12.1. O presente TERMO poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo às sanções aplicáveis, na forma desta legislação.



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A inobservância de qualquer cláusula, condições ou obrigações do presente CONTRATO importará na sua imediata rescisão, de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial.

13.2 Toda e qualquer modificação somente poderá ser introduzida ao presente termo, através de aditamento, expressamente autorizado pela autoridade competente.

13.3 A Credenciada assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente Termo, sejam de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária, social, comercial, civil, inexistindo qualquer espécie de solidariedade do Contratante relativamente a esses encargos, inclusive, os que contratualmente advierem de prejuízos causados a terceiros.

13.4 Todas as condições e exigências que constam do Edital de Chamamento Público nº 001/2026, fazem parte integrante do presente Termo, como se aqui estivessem transcritos.

13.5. Fica eleito o foro da Comarca de Iturama, para a solução de qualquer litígio oriundo do presente contrato.

E por estarem assim, justas e acordes, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor para um só efeito, comprometendo-se a cumpri-lo, em todas as cláusulas e condições.

Iturama/MG, ... de ... de 2026

MUNICÍPIO DE ITURAMA

CONTRATANTE

CONTRATADA

CNPJ

Testemunhas:



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

A Empresa (inserir razão social), inscrita no CNPJ nº (inserir número) por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) (inserir nome), portador (a) da Carteira de Identidade nº (inserir número e órgão emissor) e do CPF nº (inserir número), DECLARA, especificamente para participação no processo XXX/2026, Credenciamento XX/2026, o que se segue:

Declaramos que até a presente data inexistem fato(s) superveniente impeditivo(s), bem como não nos encontramos em estado de inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Declaramos não possuir no quadro de pessoal empregado(s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988;

Declaramos sob as penas da lei e para fins de contratação com o(a) que não possuímos em nosso quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município de Iturama, Fundos e/ou Fundações municipais, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

Declaramos que não utilizamos de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Declaramos que conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Declaramos para os devidos fins, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

Declaramos que tivemos total acessibilidade ao Edital e seus anexos, através dos meios descritos no presente edital;

Local, de de 2026.

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;

2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

Declaro, para fins de instrução de pedido de credenciamento junto ao Município de Iturama que é(são) responsável(eis) técnico(s) da proponente o(s)/a(s):

-
-
-
-

Local e Data

(Nome Empresa, Nome e Assinatura do Representante Legal e Informação do CNPJ)

Assinatura do(s) responsável(eis) técnico (s):

OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa; 2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ



Prefeitura Municipal de Iturama

ANEXO VII - MODELO DE INFORMAÇÕES PARA O CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

ANEXO VII - MODELO DE INFORMAÇÕES PARA O CONTRATO

RAZÃO SOCIAL:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE: ()		
RESPONSÁVEL PARA CONTATO:		
TELEFONE: ()	E-MAIL:	
NOME DO RESPONSÁVEL QUE ASSINARÁ O CONTRATO:		
CARGO QUE A PESSOA OCUPA NA EMPRESA:		
RG:	CPF:	
CONTA CORRENTE:	AGÊNCIA:	BANCO:

Obs.: em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Data:

(Carimbo e assinatura do responsável pelas informações)

Observação: Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório.